



## Precariedade laboral: definições, configurações atuais e modos de resistências

Precarious employment: Definitions, current configurations, and modes of resistance

Empleo precario: definiciones, configuraciones actuales y modos de resistencia

Marco Aurelio Santana\* 

### RESUMO

O artigo busca analisar o que seria hoje a precariedade laboral, tema corrente nas mais variadas linhas da sociologia do trabalho no Brasil e no mundo, não raro carente de uma definição mais unívoca em termos analíticos. Muitas pesquisas vêm demonstrando que o trabalho precário se tornou uma das principais questões sociais globalmente, o que justifica este esforço no sentido de contextualizar em uma linha do tempo mais longa o que seria essa precariedade laboral e seus efeitos sociais, verificar suas características contemporâneas, com ênfase no Brasil, e identificar as resistências a ela.

**Palavras-chave:** trabalho, classe trabalhadora, precariedade laboral, precarização do trabalho, ação coletiva.

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
Doutorado em Sociologia e Antropologia e Professor Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

**ABSTRACT**

This article seeks to analyze what precarious employment would be today, a recurring topic in various lines of labor sociology both in Brazil and worldwide, often lacking a more univocal definition in analytical terms. Many studies have shown that precarious work has become one of the main social issues globally, therefore this effort towards contextualizing precarious employment and its social effects within a longer timeline, verifying its contemporary characteristics, focusing on Brazil, and identifying resistance to it.

**Keywords:** work, working class, precarious employment, labor precariousness, collective action.

**RESUMEN**

Este artículo busca analizar qué sería hoy en día el empleo precario, un tema recurrente en diversas líneas de la sociología del trabajo tanto en Brasil como en el mundo, lo cual a menudo carece de una definición más unívoca en términos analíticos. Numerosos estudios han demostrado que el trabajo precario se ha convertido en uno de los principales problemas sociales a nivel mundial, por lo que este esfuerzo por contextualizar el empleo precario y sus efectos sociales en un marco temporal más amplio, verificar sus características contemporáneas, centrándose en Brasil, e identificar las resistencias a ello.

**Palabras clave:** trabajo, clase trabajadora, empleo precario, precarización del trabajo, acción colectiva.

## Apresentação

O artigo busca analisar o que seria hoje a precariedade laboral, tema corrente nas mais variadas linhas da sociologia do trabalho no Brasil e no mundo, palpável tanto como experiência quanto em termos de medição nos números, mas, muitas vezes, com dificuldade de definição mais unívoca em termos analíticos, bem como traduzido, narrativa e ideologicamente, como sendo uma outra coisa na sociedade. Um número crescente de pesquisas tem demonstrado, por exemplo, que o trabalho precário se tornou, nas últimas décadas, uma das principais questões sociais em termos globais. Nesse sentido, cabe um esforço de contextualizar em uma linha do tempo mais longa o que seria essa precariedade laboral e seus efeitos sociais, verificar suas características contemporâneas, com ênfase no Brasil, e identificar as resistências a ela.

Refletir sobre a ideia de precariedade em diversas dimensões da vida social é inescapável hoje, tanto em termos do debate acadêmico quanto do debate público. Implica remeter um questionamento central ao tipo de sociedade que temos, mas também ajudar a ir pavimentando caminhos para pensar e construir possíveis alternativas a ela.

A precariedade laboral, por conta da centralidade ocupada pelo trabalho na produção e reprodução da vida social, ocupa aí um lugar importante no entendimento de muitos dos processos e dinâmicas sociais em curso que, embora interligados, estão muito além do mundo do trabalho, tendo reverberação em toda a sociedade. Nesse sentido, cabe um esforço de contextualizar como essa a precariedade em geral tem sido definida e, a partir disso, traçar em uma linha do tempo mais longa o que seria a precariedade laboral, seu papel no que seriam as precariedades contemporâneas, seus efeitos sociais, verificando suas características atuais e identificando as possibilidades concretas de resistências a ela.

## As precariedades, suas formas e (in)definições

Precariedade é característica do que é ou está precário. A etimologia da palavra pode dizer muito de seus significados e implicações. Segundo o dicionário Houaiss, vem do latim *precarius*/a/um aquilo que é “obtido por meio de prece; concedido por mercê revogável; tomado como empréstimo; alheio, estranho; passageiro, que tem pouca estabilidade”.

Como um adjetivo, “no sentido de que é de outrem e de que gozamos por mercê revogável, por empréstimo [...] que não cumpre exigências mínimas e, por isso, não é confiável, de qualidade, bom, seguro; insuficiente, ruim [...] que tem pouca ou nenhuma estabilidade, solidez; incerto, contingente, inconsistente [...] que tem pouca resistência; frágil, débil, delicado”. O termo se relaciona no latim ao verbo *precari*, que quer dizer “implorar”, “suplicar”, “rogar”. Assim, precário é que é obtido através de prece, pedido, incerto e inseguro.

Em termos da análise social, a definição não é tão clara, nem tampouco definitiva assim. Ao contrário, ela vai variar de acordo, por exemplo, com contextos históricos e com posições e linhas de pesquisa no campo. Segundo Zaouche-Gaudron & Sanchou (2005, p. 10-11),

Existe uma complexidade em definir a precariedade e reconhecer os precários, mas várias linhas diretrizes são identificáveis. A mais marcante, sem dúvida, remete à necessidade de falar da precariedade em termos de “processo” e não de “estado”, na medida em que ela atinge indivíduos; trata-se, de fato, de um processo de precarização dessas pessoas. É necessário basear-se em uma abordagem multidimensional da precariedade. Também é necessário levar em conta a dimensão subjetiva das pessoas em situação de precariedade, para ir além de uma “contagem puramente estatística e categórica”. É preciso, por fim, não isolar os precários do sistema social no qual estão inseridos. Pode-se também perceber que a precariedade se define “por ausência”, “por carência”. Finalmente, são identificáveis as noções de fragilidade e instabilidade associadas à definição original de precariedade, que se refletem em diversos domínios da existência.

Bresson (2020, p. 20), no mesmo sentido da pluralidade e diversidade (e até divergência) na construção e usos de operadores para tratar dos fenômenos relativos ao que seria a precariedade, assinala que os “termos usados em sociologia para tratar das questões da precariedade são muitos, com os/as autores/as oscilando entre, por um lado, a tentação de retomar categorias sociais habituais (mesmo que revisitadas); e, por outro lado, a tentativa de construir novos conceitos”. Por isso, também, os “sociólogos produziram numerosos trabalhos para especificar os termos, construir novos conceitos mobilizando diferentes métodos (quantitativos e qualitativos)” (Bresson, 2020, p.12).

Para a autora,

A precariedade tende a designar, em sua acepção mais ampla, o conjunto dos problemas sociais. Se frequentemente é associada à pobreza, a precariedade se caracteriza mais especificamente pela incerteza, pelo enfraquecimento dos vínculos sociais e por uma falta de coesão na sociedade. Ela apresenta também uma dupla faceta: enquanto categoria social e sociológica, está amplamente difundida no seio da sociedade, ao mesmo tempo que é conceitualizada e debatida por pesquisadores das ciências sociais (Bresson, 2020, p. 9).

Essa preocupação de definição conceitual também perpassa subáreas desses estudos, como a sociologia do trabalho, na qual os usos dos termos precariedade e precarização acabaram intercambiáveis. Druck (2016, p. 42) indica que

[n]o campo do debate conceitual mais geral, é importante deixar claro e justificar porque o uso do termo precarização e não precariedade que, embora tenham a mesma raiz etimológica, não são sinônimos. Trata-se de denominar um processo social, um movimento que se desenvolve historicamente, e que provoca uma situação de regressão social não como um “retorno ao que era antes, mas uma condição moderna, nova, porque reconfigura o velho, o mantém e põe novos elementos. É uma metamorfose da precariedade que, mesmo presente desde as origens do capitalismo, assume novos contornos, consequência dos processos históricos marcados por diferentes padrões de desenvolvimento e pelas lutas dos trabalhadores. A precariedade é estrutural no capitalismo desde os seus primórdios, mas as suas formas socio-históricas se alteram, se redefinem, se reconfiguram, indicando processos qualitativamente diferentes de precarização do trabalho.

De todo modo, apesar dessa fluidez e polissemia de definições, Bresson (2020, p. 9), fornecendo-lhe lugar analítico importante, assinala que a “precariedade é uma porta de entrada privilegiada para dar conta da questão fundamental da instabilidade do mundo contemporâneo”.

Dessa forma, a precariedade pode se relacionar com diferentes campos e dimensões da vida individual e da vida coletiva. Em seus trabalhos, Pierre Bourdieu, pode-se dizer, não tem uma definição única e fechada de precariedade, mas o conceito aparece de forma central em vários de seus escritos, especialmente em suas análises sobre o trabalho, o neoliberalismo

e a dominação social, que marcam seu pensamento e sua intervenção social na parte final de sua trajetória. Segundo Bourdieu, a precariedade visa fragilizar subjetivamente o trabalhador, mantendo-o em uma posição de insegurança constante.

Para ele, como no título de um de seus capítulos, fruto de uma intervenção em uma reunião pública, “a precariedade está por toda a parte” e seria, sobretudo, um mecanismo de dominação. Precariedade seria a condição imposta de instabilidade durável, que funcionaria como instrumento de dominação e de autocensura subjetiva.

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc., onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (Bourdieu, 1998, p. 119).

A partir dessa chave, vemos que, para Bourdieu (2008), a precariedade não seria apenas falta de trabalho ou de renda, mas uma estratégia política que visa desmobilizar os dominados, desestruturando suas vidas e, com isso, impedindo, ou ao menos dificultando, sua capacidade de resistência. A precariedade geraria nos indivíduos, entre outras coisas, a sensação de um estado de ansiedade permanente. O medo de perder o pouco que se tem levaria a dinâmicas como a autocensura, a submissão e a desistência efetiva da resistência e da luta por direitos. A precariedade afetaria o corpo e a mente. Afetados, indivíduos precarizados internalizariam o fracasso, a insegurança e o medo como parte de sua própria identidade, em um tipo de dominação que acaba por operar com o consentimento dos dominados.

O neoliberalismo, ao impor a competição e a individualização, transformaria a precariedade em norma rotineira. Isso destruiria os laços coletivos e impediria

a organização política, criando sujeitos que aceitam o inaceitável por medo de mais perdas. Na perspectiva de Bourdieu (1998, p. 120), portanto, a “insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada”.

Assim, Bourdieu analisa a precariedade não apenas como condição econômica, mas como mecanismo ideológico de submissão, que mina a autoestima, desarticula coletividades e fortalece a dominação. Em seus termos,

a precariedade atua diretamente sobre aqueles que ela afeta (e que ela impede, efetivamente, de serem mobilizados) e indiretamente sobre todos os outros, pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização [...]. Começa-se assim a suspeitar de que a precariedade é o produto de uma vontade política, e não de uma fatalidade econômica. [...] A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração (1998, p. 121-122).

A precariedade e esse “modo de dominação de tipo novo” seriam construídos exatamente para servir aos interesses dos que dominam, devendo ser combatida. A questão seriam as frentes e armas nesse combate, travado em campo novo e sob condições de mobilização adversas.

Com o enfraquecimento do sindicalismo e das instâncias mobilizadoras, as novas formas que a ação do Estado reveste contribuem para a transformação do povo (potencialmente) mobilizado em um agregado heterogêneo de pobres atomizados, “excluídos”, como são designados pelo discurso oficial; aliás, estes são evocados sobretudo (senão, exclusivamente) quando “causam problemas” ou para lembrar aos beneficiados que se trata de um privilégio possuir um emprego permanente (Bourdieu, 2008, p. 218).

A análise crítica tem um papel importante junto da organização e luta pela reversão e retomada do papel essencial do Estado em termos, por exemplo, da lida com a precariedade. Para Bourdieu (2008, p. 215) o “verdadeiro objeto da análise, que deve ser construído contra as aparências e contra todos os que se contentam em ratificá-las, é a construção social (ou, mais precisamente, política) da realidade deixada à intuição e das representações [...] de tal realidade”.

Essas representações são centrais para a produção de “efeitos bem reais, antes de tudo, no universo político no qual elas estruturam a discussão, e até

no universo científico”. Nesse sentido, Bourdieu (2008) dá predominância à análise crítica das representações, já que “construções coletivas fazem parte da realidade que procuramos compreender; aliás, em grande parte, são responsáveis por ela”. Para ele, através da análise crítica,

é preciso atravessar a tela das projeções geralmente absurdas, às vezes odiosas, atrás das quais o mal-estar ou o sofrimento se escondem tanto quanto se expressam. Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-los; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas (2008, p. 735).

Em termos gerais, seria levar a cabo, contra todo e qualquer fatalismo econômico que serve como uma das justificações do estado de coisas a ser combatido, a ideia de que o “que o mundo social fez, o mundo social pode, armado deste saber, desfazer” (Bourdieu, 2008, p. 735), procurando, da mesma forma, “abrir possibilidades para uma ação racional com o objetivo de desfazer ou refazer o que a história fez” (p. 222).

É através da perspectiva do que seria a “sociedade salarial”, em que o trabalho assalariado estruturava tanto a identidade quanto a cidadania dos indivíduos, que Robert Castel (1995) vai pensar a questão da precariedade, isto é, de uma “zona de vulnerabilidade”, um espaço social onde indivíduos perderiam a estabilidade do emprego e o acesso à seguridade social, entrando em um processo que ele chama de “desfiliação”, ou seja, de ruptura dos vínculos com a sociedade, situação na qual os indivíduos ficariam destituídos das garantias mínimas de cidadania.

A caracterização socio-histórica da posição ocupada pelo assalariado é necessária para avaliar a gravidade da ameaça de fragmentação que assola as sociedades contemporâneas, colocando em destaque temáticas como precariedade, vulnerabilidade, exclusão, segregação, relegação e desfiliação... Se é verdade que essas questões voltaram à tona há cerca de vinte anos, elas se colocam depois e em relação a um contexto de proteções anteriores, após a imposição gradual de



poderosos sistemas de cobertura de riscos garantidos pelo Estado social, a partir da consolidação da condição salarial. A nova vulnerabilidade, definida e vivida em meio a essas proteções, é assim muito diferente da incerteza do futuro, que foi, ao longo dos séculos, a condição comum do que então se chamava o povo (Castel, 1995, p. 6, tradução nossa).

Castel (1995) examina a precariedade não apenas como uma condição individual, mas como resultado de transformações estruturais no trabalho, no Estado social e nas formas de proteção coletiva. Nesses termos, a precariedade está diretamente ligada à erosão das estruturas de integração social, particularmente no que diz respeito àquelas que vinculam o indivíduo ao trabalho e à proteção social, lançando segmentos inteiros da população em situação de instabilidade durável. Para ele, a

situação atual é marcada por uma ruptura que afetou recentemente a situação salarial: desemprego em massa e a crescente precariedade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas tradicionais de proteção para cobrir essas condições, a proliferação de indivíduos que ocupam uma posição excedente na sociedade, “inempregáveis”, desempregados ou empregados de forma precária e intermitente. Doravante, para muitos, o futuro é marcado pela incerteza (Castel, 1995, p.5, tradução nossa).

Ele propõe o conceito de “desfiliação”, que seria o afastamento progressivo das redes que garantem pertencimento e segurança, quais sejam, trabalho estável, seguridade social, instituições públicas. Essas redes constituiriam, à sua maneira, o que seriam os alicerces da cidadania moderna. A estabilidade no trabalho seria a base dos processos de identidade social e da autonomia. Já a proteção social seria a garantidora da segurança contra os riscos da própria existência. Ao seu turno, o reconhecimento institucional seria o responsável pela inscrição do indivíduo como sujeito de direitos.

Pareceu-me que analisar uma relação com o trabalho (ou com a ausência de trabalho, ou com relações aleatórias no trabalho) representava um fator determinante para situá-las na dinâmica social que as constitui. Não considero o trabalho aqui como uma relação técnica de produção, mas como um meio privilegiado de inclusão na estrutura social. De fato, como se verificará em termos da longa duração, existe uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação em redes sociais e sistemas de

proteção que “cobrem” o indivíduo contra os riscos da vida. Daí a possibilidade de construir o que chamarei metaforicamente de “zonas” de coesão social. Assim, a associação entre trabalho estável e sólida integração relacional caracteriza uma zona de integração. Por outro lado, a falta de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional combinam seus efeitos negativos para produzir exclusão, ou melhor, [...] desfiliação. A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que combina a insegurança no emprego e a fragilidade dos apoios próximos (Castel, 1995, p. 7, tradução nossa).

Dessa forma, a partir das formulações de Castel (1995), seriam identificadas posições sociais que se vinculam a posições laborais. Trabalhadores/as com empregos estáveis e direitos consolidados estariam em posição de integração. Trabalhadores/as instáveis, com vínculos frágeis em termos de trabalho e direitos, estariam em posição de vulnerabilidade. Já aqueles indivíduos fora do mercado de trabalho e da proteção social, estariam em posição de desfiliação. A precariedade se situaria exatamente ao nível da vulnerabilidade, que poderia conduzir à desfiliação.

Ne verdade, constituir-se-ia um novo universo laboral e social. Fazendo um balanço dessa nova realidade contemporânea, Castel (1995, p. 7, tradução nossa) aponta

a presença aparentemente cada vez mais insistente de indivíduos posicionados como se flutuassem dentro da estrutura social, povoando seus interstícios sem encontrar um lugar nela determinado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e à margem de formas de troca socialmente sancionadas – desempregados de longa duração, moradores de subúrbios deserdados, beneficiários de auxílio-renda mínima, vítimas de requalificação profissional, jovens em busca de emprego que transitam de estágio em estágio, de bicos para empregos temporários...

Castel (1995) aponta os impactos do que seria o processo de “individualização negativa”. A construção de uma sociedade de um individualismo bifronte, no qual uma parte pode usufruir da independência e autonomia da individualidade, enquanto a outra porta essa individualidade como um fardo, sem chances de usufruir de suas benesses. O esforço que estaria posto é o de pensar quais seriam e construir direitos e proteções em uma sociedade que se torna cada vez mais a sociedade dos indivíduos. E se enganariam aqueles que pensam que o Estado não teria mais lugar nesse tipo de construção. Estaríamos, assim,

sem dúvida, diante de uma encruzilhada: aceitar uma sociedade inteira sujeita às demandas da economia ou construir um Estado social que atenda aos novos desafios. A concordância com a primeira alternativa não pode ser descartada. Mas isso colocaria em risco o colapso da sociedade salarial, isto é, desse arranjo sem precedentes de trabalho e proteções que exigiu tanto esforço para ser estabelecido (Castel, 1995, p. 15, tradução nossa).

## Precariedade laboral

Como vimos, em variadas linhas de análise, a precariedade se vincularia, em alguma instância, à dimensão laboral.<sup>1</sup> Pensando no sentido do que seria hoje a precariedade laboral<sup>2</sup> em suas variadas formas, seria impossível, nos limites deste artigo, percorrer no detalhe toda a linha do tempo. No recorte mais contemporâneo, olhando o período recente, Betti (2018), fazendo um balanço da literatura sociológica, indica que, não por acaso, nas últimas décadas, um número crescente de pesquisas e estudos têm demonstrado que o trabalho precário se tornou uma das principais questões sociais em todo o mundo, principalmente no que tange às gerações mais jovens e setores da classe trabalhadora menos protegidos, como os migrantes e as mulheres.

A crise econômica global de 2008 elevou o nível de insegurança laboral em todo o mundo, prendendo cada vez mais categorias de trabalhadores e trabalhadoras nos chamados empregos precários, isso tanto no Norte global quanto no Sul global. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 intensificou ainda mais o já grave quadro.

O fenômeno se espalha e, em se espalhando, se espalha também a percepção dos atores sociais, que começam inclusive a se mobilizar com relação a ele, produzindo renovadas formas de resistência, como veremos na seção seguinte. Surgem na via pública o Precariado e seus protestos. Os precários passavam de pedintes a demandantes e reivindicantes. Surgiam também as análises e debates de seus perfis e composições, suas formas de organização e ação, e suas orientações políticas (Braga, 2012, 2015; Standing, 2013, 2014; Estanque, 2014; Alves, 2013; Soeiro, 2015).

---

<sup>1</sup> Butler (2019, 2024) também pensa as precariedades contemporâneas, em termos da dimensão ontológica e política, mas descentradas da questão laboral, por exemplo.

<sup>2</sup> Mesmo levando em conta a ponderação de Druck (2016), mencionada acima, aqui, nos limites dessa exposição, associaremos precariedade e precarização.

E, digamos, em um movimento não experimentado antes dos anos 2000. No debate público, isso ficava um tanto aplastado sob a enxurrada valorizadora dos ideólogos do neoliberalismo sob figuras como “flexibilidade”, “flexibilidade laboral”, “trabalho flexível” etc. No Brasil, dada a onda do neoliberalismo 1.0., nos anos 1990 – a chamada década neoliberal –, aparecia toda uma linha de pesquisa indicando a precarização do trabalho (Franco *et al.*, 1994; Antunes, 1999; Alves, 2005), ainda que aqui como lá, outras linhas tenham resistido ao uso mais extensivo do termo na análise dos processos. Hoje, esse uso é quase consensual na literatura.

No caso do Brasil – que não está, por suposto, desconectado da experiência internacional –, as últimas décadas, com uma velocidade ou outra, têm testemunhado o aumento da precariedade laboral, sinalizada por nossa sociologia do trabalho (Lima & Araújo, 2016), o que a emergência sanitária apenas desnudou e agravou (Santana, 2021). A partir de 2016, no governo de Michel Temer, acelerou-se brutalmente o processo de destituição de um tipo de regulação do mundo do trabalho que, com suas limitações quantitativas e qualitativas, serviu por décadas no sentido de instrumento protetivo social para trabalhadores e trabalhadoras, ao menos como vertebração de uma determinada ordem, e que foi substituído pela constituição de um outro. A consolidação das leis do trabalho precário foi consagrada pela contrarreforma trabalhista de 2017.

Não houve uma desregulação, nesse sentido, houve uma nova regulação, adequada ao novo momento do capitalismo, em tudo diferente da anterior. Se a luta prévia de gerações viu na legislação, com todas as suas contradições, um espaço de proteção ao trabalho, que o retirava da precariedade (ou a mitigava) e que sinalizava para outros/as ainda não incluídos/as um horizonte de inserção, direitos e proteção social, no presente momento a legislação o desprotege, legaliza a desproteção e a insegurança, torna precário. Devemos lembrar, contudo, que, ao longo de todo o nosso processo de desenvolvimento, setor expressivo de nossa população ficou de fora desse arcabouço protetivo formal, atravessando sua vida laboral na informalidade, na incerteza e insegurança, sem garantias, direitos ou proteção daí advindos.

A contrarreforma trabalhista produziu o ambiente legal adequado e exigido pelas dinâmicas de acumulação do capital em seu novo ritmo de superação de crise. Vivemos em um ambiente laboral em que as precariedades, no

plural, são a tônica. O ambiente laboral brasileiro tem em seu cadinho altas taxas de desemprego (e aí desalentados) e de informalidade; e mesmo os empregados/as e formalizados/as sentem que sua formalização, apesar de distanciá-los dos grupos anteriores, contém elementos fortes sejam salariais, de relações de trabalho, de direitos... que deixam a percepção e a experiência concreta de precariedade.

Aquela reforma, dita “trabalhista”, ao mesmo tempo que altera radicalmente o arcabouço jurídico de regulação do trabalho no país, fragiliza as formas de representação, exatamente as responsáveis, no sentido da obtenção e manutenção de direitos, que sempre foram os sindicatos. Nesse sentido, o que seria o ataque precarizador completo sobre o mundo do trabalho teve dimensões trabalhistas e sindicais. Trabalho precário, representação e resistência precárias. Ela acarretou impactos significativos para a ação sindical. Uma de suas claras intenções foi o ataque direto aos sindicatos (Véras de Oliveira *et al.*, 2019). Estava patente em sua concepção que os sindicatos precisavam ser abatidos, deixando caminho livre para a implantação da completa destituição de direitos que se visava. E, de fato, o impacto foi duríssimo. Junte-se a isso a outra reforma, a previdenciária, que agrava ainda mais o quadro de insegurança e desproteção. A trabalhista desprotegeu o presente, a previdenciária o futuro.

Esse processo tem um claro fundo mais longo. Só para nos mantermos no período moderno, este fundo nos indica, para retomar uma noção importante em uma vertente da sociologia do trabalho, que a história do capitalismo é a história da degradação do trabalho (Braverman, 1981). Assim, capitalismo, teu nome é precariedade laboral.

Não por acaso referências diretas e/ou indiretas à precariedade se estendem em uma linha do tempo, neste período, em disciplinas, escolas e autores que vêm desde o século XIX. Como vimos anteriormente, em termos mais contemporâneos, autores como Robert Castel chamaram a atenção para os riscos que a precariedade teria sobre a sociedade como um todo. Essa literatura se refere ao momento de crise do fordismo, suas formas de produção, regulação e sua forma de organização da vida social (Harvey, 1996). O capitalismo organizado ia saindo de cena. Lembrando que, se o sonho acabara para alguns, outros sequer o tinham sonhado.

A era marcada como dos “30 anos gloriosos”, com referência nos países do centro, mas com experiências também periféricas, produziu uma certa

miragem no sentido de que criou a ideia de um tipo de experiência protegida a que se poderia buscar, como um determinado patamar elevado, mas também teve seu aspecto enganador sobre a trajetória de um sistema que, para além desses trinta anos, tinha outros duzentos que passavam muito ao largo dessa experiência. Além do que velava a visão de que muita de sua conformação fora delineada pela luta de trabalhadores e trabalhadoras, e também de que nem todos/as estavam bem acomodados/a em seus assentos nesse modelo supostamente ideal.

Como um sistema de crises, o capitalismo arranja e desarranja constantemente sua base material e, com isso, as formas de produzir, de regulação e os modos de vida, assim como as formas de organização e resistência a ele. De uma certa perspectiva, o mundo do trabalho é como um epicentro, uma primeira camada de impacto onde isso é sentido antes que atinja o conjunto social como um todo. Harvey (1996) chama a atenção para como essas mudanças “epidérmicas” conjunturais no capitalismo, às quais muitas vezes atribuímos sempre nomes diferentes, e que precisam obviamente ser analisadas e respondidas, não nos podem impedir de ver a profundidade da continuação e reprodução das estruturas que sempre definiram o capitalismo, suas formas de exploração, dominação e produção de desigualdade. E, portanto, de precariedade laboral.

Uma mesma mirada como essa pode nos mostrar o quanto o capitalismo tem como lógica a mercantilização de todas as esferas da vida (Polanyi, 2012). Nesse sentido, em ondas, ele sempre se insurgiu contra formas sociais de controle de seus processos de produção e reprodução. O capitalismo em geral sempre atua contra a sociedade, o social e, tem mostrado cada vez mais, contra a democracia, mesmo aquela formal e limitada a que deu origem. O moinho satânico não poupa nada, nem ninguém.

Dizer que ela, a precariedade laboral, sempre existiu nos ajuda na compreensão de processos, suas continuidades; mas não pode elidir seus impactos contemporâneos, nem os tomar, pura e simplesmente, como iguais, muito menos fugir às respostas necessárias a eles.

Vivemos uma nova fase desse processo. Se outras gerações viveram, lutaram e conquistaram direitos protetivos e mitigadores da precariedade, hoje se vive a era da perda de direitos. Ou melhor dizendo, no caso, da expropriação de direitos, retirada direitos para acumular mais e melhor. A nova fase do capitalismo digitalizado, *high tech*, nos faz lembrar as formas

de trabalho desprotegidas, inseguras e precárias como eram no século XIX (ou até antes) e seus impactos em todo o corpo social. Daí a ideia de que estamos diante de uma nova questão social (Castel, 2014), de uma nova era das desigualdades (Fitoussi & Rosanvalon, 1997), de uma era da dita nova informalidade. O sistema, em certo sentido, anda para a frente e a sociedade e o trabalho, trabalhadores e trabalhadoras nele pendurados, andam para trás.

Ao acelerar seus fluxos, o capitalismo, hiperindividualizado, produziu um espaço sem direitos, sustentado pelo descendente direto e dileto da empregabilidade do neoliberalismo 1.0. dos anos 1990, que é o empreendedorismo. Quanto mais as pessoas trabalham, mais dependem do trabalho, mais ele se torna difuso e sem jornadas delimitadas, mais se fala do fim do trabalho, o trabalho está em tudo e não é nada. Até mesmo a nomenclatura e as identidades se alteram. Nem sequer se chamam trabalhadores de trabalhadores. É o mundo dos prestadores de serviço, dos MEIs (Microempreendedor Individual), dos PJs (Pessoa Jurídica) etc.

Assim, em um descaso sistêmico, lança-se sobre o indivíduo a responsabilidade para, como o barão de Munchausen, retirar a si mesmo de dentro da areia movediça, puxando-se pelos próprios cabelos. Aparentemente, não há saídas coletivas possíveis. Só pelo seu empreendedorismo haverá redenção. E isso, além da vida, começa a ser aprendido na escola com disciplinas de empreendedorismo, projeto de vida etc. Você é a empresa. Você S.A. Ainda que nunca se fale, e se esconda até, que empresas quebram e podem falir. Portanto, você pode falir também. E, se sonhou subir sozinho, por seus próprios méritos, terá de enfrentar a queda sozinho.

Há uma grande inversão com relação a períodos anteriores. A chamada promessa integradora em uma suposta espiral crescente de formalização, aquisição e ampliação de direitos, de proteção e segurança se esvai. Olhada de hoje e para frente não há caminho que não a desproteção, a insegurança e o desfazimento dos vínculos sociais. Trabalho precário, vida precária, sociedade precária.

Não se está com isso culpabilizando os setores que, diante do quadro atual, por necessidades do estômago ou da fantasia, buscam esse caminho ou essa travessia. A questão é: em uma sociedade capitalista, com a base estrutural que conhecemos, pode-se acreditar, como quer fazer crer o pesado jogo ideológico, que seremos uma sociedade de empreendedores/as? Ao contrário disso, a realidade vai mostrando que cada vez mais “os/as empresários de si” nada mais são, na verdade, que “precarizadores de si”.

O empreendedorismo tem também, como outros pontos aqui indicados, sua dimensão política. A dimensão de classe, que trazia historicamente, na teoria e na prática, uma dimensão de conflito que de alguma forma remetia ao centro do sistema; agora, dentro dele, troca-se trabalhador por colaborador, aquele que não conflita, mas que labora junto; e, supostamente, fora dele o empreendedor que conflita, compete e disputa acirradamente, mas por espaços de mercado. Não questiona a lógica central dele. Empreenda ou sucumba. Se os defensores da empregabilidade dos anos 1990 ainda supunham que os indivíduos, diante da diminuição dos empregos, deveriam tornar-se “empregáveis”, “aumentar sua empregabilidade”, os do empreendedorismo atual advogam e divulgam a cantiga do “fim dos empregos” ou ainda “do admirável mundo novo” da liberdade e da autonomia “do mundo sem padrões”.

Querem um mundo sem trabalhadores/as, sem direitos e sem conflitos que gerem alternativas. Assim, estaríamos em uma situação em que todos esses processos marchariam adiante sem atores, conflitos e resistências. Mas sabemos que não é bem assim. Os ciclos de contestação abertos por movimentos que, já desde os anos 2000, ao redor do mundo, questionavam a precariedade, no trabalho e na vida e seus impactos políticos, deixam isso claro.

## “Precários nos querem, rebeldes nos terão”

Somos precári@s no emprego e na vida. Trabalhamos sem contrato ou com contratos a prazos muito curtos. Trabalho temporário, incerto e sem garantias. Somos operadores de call-center, estagiários, desempregados, trabalhadores a recibos verdes, imigrantes, intermitentes, estudantes-trabalhadores...Não entramos nas estatísticas. Apesar de sermos cada vez mais e mais precários, os Governos escondem este mundo. Vivemos de biscates e trabalhos temporários. Dificilmente podemos pagar uma renda de casa. Não temos férias, não podemos engravidar nem ficar doentes. Direito à greve, nem por sombras. Flexissegurança? O “flexi” é para nós. A “segurança” é só para os patrões. Esta “modernização” mentirosa é pensada e feita de mãos dadas entre empresários e Governo. Estamos na sombra mas não calados. Não deixaremos de lutar ao lado de quem trabalha em Portugal ou longe daqui por direitos fundamentais. Essa luta não é só de números, entre sindicatos e



governos. É a luta de trabalhadores e pessoas como nós. Coisas que os “números” ignorarão sempre. Nós não cabemos nesses números. Não deixaremos esquecer as condições a que nos remetem. E com a mesma força com que nos atacam os patrões, respondemos e reinventamos a luta. Afinal, somos muito mais do que eles. Precári@s, sim, mas inflexíveis (Manifesto Precário, Precári@s Inflexíveis, 18 jul. 2007).<sup>3</sup>

Apesar do avanço quase avassalador da precariedade laboral por todo o mundo, criando um cenário e narrativas fatalistas do “não há outra alternativa” e da impossibilidade de qualquer forma de confrontá-lo através da ação coletiva, setores importantes da classe trabalhadora precarizada, tanto no Norte quanto no Sul global, vão demonstrando que as possibilidades de algum tipo de alternativa surgem da luta social coletiva. A precariedade laboral contemporânea, embora tenha características globais, manifesta-se de forma particular em cada contexto, assim como as resistências a ela. Aqui vamos apresentar, em seus traços gerais, algumas dessas experiências, nomeadamente a dos movimentos Precári@s Inflexíveis e da Geração à Rasca (Portugal) e a do Breque dos apps dos entregadores por aplicativos (Brasil).

O movimento Prec@rios Inflexíveis tem já um longo engajamento na luta contra a precariedade. Como indicam Estanque *et al.* (2018, p. 613),

Os Precários Inflexíveis são uma organização de trabalhadores precários que foi criada em maio de 2007, na cidade de Lisboa (Portugal). As suas preocupações abrangem as múltiplas faces do trabalho precário. Surgiram com o propósito de “reinventar a luta” num contexto em que as formas de ação sindicais tradicionais revelam ser limitadas em termos de adequação. Em julho de 2012, os Precários Inflexíveis assumiram a forma de associação: a Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis (ACP-PI). Procuravam assim assumir um papel mais ambicioso, nomeadamente passar a ter influência nacional.

Em seu manifesto, de 2007, referido acima, o Prec@rios Inflexíveis deixava claros os eixos que norteariam sua atuação. Enfatizava a união e resistência contra as formas modernas de exploração e flexibilização imposta pelo neoliberalismo, buscando dar visibilidade à sua situação, bastante invisibilizada nas e pelas estatísticas oficiais. Os/as trabalhadores/as precários/as seriam algo que “os ‘números’ ignorarão sempre”, números nos

<sup>3</sup> Associação de Combate à Precariedade- pi – Disponível em: <https://www.precarios.net/manifesto-precario/>

quais eles/as não cabiam. Ali também demonstravam seu descontentamento com as formas tradicionais de organização e luta da representação sindical, e que as mesmas precisavam ser feitas e reinventadas “com a mesma força com que nos atacam os patrões”.

Através da organização e participação em mobilizações e protestos laborais, o Prec@rios denunciou os retrocessos legislativos e os sucessivos governos que ampliaram a precarização por meio do aumento da flexibilização e de contratos por prazo determinado. Com farta e ágil atuação também nas redes sociais, que se associavam às ações concretas, bem como através de entrevistas, documentos e intervenções públicas, que atraíram grande cobertura da grande mídia corporativa, o Prec@rios tornou evidentes as consequências da precariedade sobre a dignidade, os direitos e a coesão social (Soeiro, 2012).

Apontando a importância que tiveram as irrupções transgressivas do precariado no espaço público. Soeiro (2015, p. 217) indica que elas foram a

Marca identitária sobretudo dos Precários Inflexíveis [...]. Em Portugal, algumas ações simbólicas mais transgressivas tiveram forte impacto mediático. Uma delas foi a inundação do centro Comercial Colombo, em Lisboa em 2008, com pequenos papéis coloridos com mensagens anti-precariedade, lançados clandestinamente do último andar do edifício, num desafio à proibição de atividades políticas naquele espaço comercial. A outra foi a invasão de um *call center*, também em Lisboa, em 2010, para apelar à greve geral. Durante a ação, que irrompeu por aquele local de trabalho violando as regras da empresa e forçando a entrada perante os seguranças, os “Precários Inflexíveis” exibiram uma faixa onde se podia ler: “Não pisem mais o precário, greve geral dia 24 de Novembro!”.

Além desse tipo de investidas, o movimento não se furtou a fazer propostas concretas com relação à questão da precariedade laboral, levando-as para o debate com partidos e sindicatos, buscando influenciar também a pauta legislativa.

A chamada Geração à Rasca foi um movimento da juventude portuguesa que surgiu em 2011, como uma resposta direta à precariedade social e laboral que atingia de forma particular os jovens. Essa geração, em grande medida de alta qualificação, enfrentava desemprego, contratos temporários, baixos salários e ausência de perspectivas, mesmo após anos de formação

acadêmica. O movimento começou com um evento no Facebook convocando uma manifestação pacífica em Lisboa e em outras cidades, em 12 de março de 2011. Esta mobilização não foi organizada por partidos, sindicatos ou instituições tradicionais. Foi uma resposta horizontal e cidadã, com forte uso das redes sociais, às condições de vida precárias.

Como indicam Estanque *et al.* (2018, p. 606-607),

O termo «Rasca» significa na língua portuguesa um tecido ou objeto de baixa qualidade, vulnerável ou condição social subalterna; enquanto o termo «À Rasca» significa, no português de Portugal uma situação de aflição, dificuldade, necessidade urgente de apoio (ou necessidade fisiológica premente). No ano de 1994 ocorreu uma manifestação de jovens do ensino secundário junto à sede do Parlamento português, contra a restauração dos exames, em que alguns dos manifestantes exibiram em público os seus traseiros nus, onde inscreveram frases de contestação da Ministra da Educação da época. Isso deu azo a um artigo de opinião (de autoria de Vicente Jorge Silva, então diretor do jornal Público) violentamente crítico desses jovens e dos seus excessos, cujo título foi «Geração Rasca». É esse o enquadramento que levou a que no início da crise e perante o aumento do desemprego e da precariedade alguns ativistas recuperassem essa linguagem mas ressignificando-a com a expressão «Geração à Rasca», ou seja, uma geração aflita e apreensiva perante um cenário que lhes coartava as oportunidades no campo do emprego.

A Geração à Rasca denunciou, entre outras coisas, os contratos por tempo determinado e os falsos recibos verdes,<sup>4</sup> a desvalorização da juventude no mercado de trabalho, os cortes nas políticas sociais e educacionais e a emigração forçada de jovens qualificados.

#### Manifesto

Nós, desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes,

---

<sup>4</sup>Em termos gerais, os recibos verdes se referem ao regime usado por trabalhadores independentes. Pessoas físicas que prestam serviços sem vínculo empregatício formal, emitindo recibos/faturas pelos serviços prestados e pagando seus próprios impostos e contribuições à seguridade social. Os “falsos recibos verdes” se referem a uma situação na qual uma pessoa trabalha com horário fixo, recebendo ordens diretas, estando inserida e trabalhando exclusivamente para uma empresa, sendo, na prática, empregada, mas no papel sendo tratado como autônoma.

estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal.

Nós, que até agora compactuámos com esta condição, estamos aqui, hoje, para dar o nosso contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país. Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados. Estamos aqui, hoje, porque nos esforçamos diariamente para merecer um futuro digno, com estabilidade e segurança em todas as áreas da nossa vida.

Protestamos para que todos os responsáveis pela nossa actual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – actuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável.

Caso contrário:

a) Defrauda-se o presente, por não termos a oportunidade de concretizar o nosso potencial, bloqueando a melhoria das condições económicas e sociais do país. Desperdiçam-se as aspirações de toda uma geração, que não pode prosperar.

b) Insulta-se o passado, porque as gerações anteriores trabalharam pelo nosso acesso à educação, pela nossa segurança, pelos nossos direitos laborais e pela nossa liberdade. Desperdiçam-se décadas de esforço, investimento e dedicação.

c) Hipoteca-se o futuro, que se vislumbra sem educação de qualidade para todos e sem reformas justas para aqueles que trabalham toda a vida. Desperdiçam-se os recursos e competências que poderiam levar o país ao sucesso económico.

Somos a geração com o maior nível de formação na história do país. Por isso, não nos deixamos abater pelo cansaço, nem pela frustração, nem pela falta de perspectivas. Acreditamos que temos os recursos e as ferramentas para dar um futuro melhor a nós mesmos e a Portugal.

Não protestamos contra as outras gerações. Apenas não estamos, nem queremos estar à espera que os problemas se resolvam. Protestamos por uma solução e queremos ser parte dela.<sup>5</sup>

Em termos de suas ações concretas de resistência, a Geração à Rasca lançou mão de manifestações de massa. A maior delas reuniu mais de 300 mil pessoas em Lisboa e outras cidades, um número bastante grande para os padrões de Portugal. No que diz respeito a sua expressão cultural e política,

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/02/12/manifesto/>

o movimento lançou mão, em forte uso das redes sociais, da utilização de músicas, vídeos, cartazes e textos críticos, que serviram como ferramentas de resistência na dimensão simbólica. Esse movimento pode ser pensado em termos de sua conexão com o movimento global, já que há clara inspiração mútua entre ele e movimentos como os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street nos EUA, todos deflagrados em 2011.

Quanto aos seus efeitos políticos, práticos e simbólicos, a Geração à Rasca deu visibilidade à precariedade laboral, principalmente àquela da juventude. A partir de suas ações, ela contribuiu para que a precarização deixasse de ser vista como um problema de ordem individual, passando a ser reconhecida como uma questão social, com impactos particulares em termos geracionais. Quanto à pressão política, apesar de o movimento não ter se institucionalizado, ele teve claros impactos ao influenciar debates parlamentares e políticas públicas, ajudando a pautar, isto é, pondo na ordem do dia a crise do trabalho enfrentada pela juventude portuguesa. O movimento deu origem ao nascimento de novos coletivos e formas de ação coletiva, que passaram também a monitorar, denunciar e propor alternativas à precarização.

A Geração à Rasca mostrou de forma bastante explícita que a resistência à precariedade pode surgir fora das formas tradicionais de luta, por exemplo, com base em plataformas digitais e inovação política. Ao transformar a precariedade em tema público e gerar solidariedade coletiva, buscou romper com a fragmentação e o isolamento que costuma acompanhar os processos de precarização.

O mês de julho de 2020 já entrou para a longa lista de momentos marcantes de luta da classe trabalhadora brasileira. A greve de entregadores e entregadoras ou o #brequedosapps, em dois atos, agitou a cena pública com sua mobilização que tomou conta de várias capitais do país (Santana & Braga, 2020; Dutra & Festi, 2020; Galvão, 2020; Praun, 2020). Eles/as, hoje, estão entre as ponta mais agudas da luta contra a precarização do trabalho e da vida no país, em um quadro de desproteção social instituído.

Como já assinalamos, o cenário antes da chegada da pandemia do Covid-19 já tinha a marca da desproteção social, precarização, informalidade e desemprego. A emergência sanitária deixa isso escancarado e torna mais grave os seus impactos. É por isso que demandas apresentadas por entregadores e entregadoras, ao mesmo tempo que falavam das agruras que passavam em sua atividade laboral, lançavam luz sobre os processos sociais

e de trabalho que foram destituídos e constituídos no Brasil dos últimos anos, além de indicar um horizonte ainda mais sombrio pela frente e as possíveis resistências a ele.

A categoria já se fazia presente circulando apressada e anonimamente por nossas cidades, detectável visualmente, de moto, de *bikes* ou a pé, pelas mochilas de cores fortes e com nomes de empresas de aplicativos de entrega nas costas, garantindo com seu próprio risco a manutenção do isolamento sanitário de diversos setores sociais. Contudo, ela marcou o espaço público de forma diferente naquele mês, e o fez como sujeito coletivo que demanda aumento da remuneração e melhores condições de trabalho.

Era um movimento contra a precariedade laboral da categoria, em busca de redistribuição e de reconhecimento social. Ao fazer isso em direção às empresas, o movimento teve impactos em um universo muito mais amplo de espaços e atores sociais, políticos e econômicos, repercutindo nas empresas, na opinião pública e consumidores/as, nos partidos políticos, no meio sindical, no legislativo, no judiciário etc. Coletivamente, saíram da invisibilidade social, individualizada e anônima, para a visibilidade social e política (Santana & Braga, 2020).

A pauta apresentada publicamente pelo movimento trazia pontos como o aumento do valor mínimo da entrega, o aumento do valor por Km percorrido, seguro de roubo, acidente e vida, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como álcool em gel e máscaras, auxílio-doença em caso de afastamento por contaminação pela Covid e o fim dos bloqueios e desligamentos indevidos. Como indicado em muitos dos relatos, “o básico do básico”.

Apesar das falas demonstrarem certo consenso sobre o grau de exploração ao qual estão submetidos/as pelas empresas e acerca do papel central de sua mobilização direta na tentativa de alteração desse quadro, buscando o que seriam resultados “urgentes”, que não se pode “esperar mais”, houve um amplo espectro de ideias e práticas no seio da categoria e entre os que estiveram à frente da organização e mobilização.

É preciso lembrar que a categoria enfrentava uma luta para lá de desigual. Enfrentava a velha relação de exploração capitalista agora em sua versão algorítmica. As empresas, entre as maiores empregadoras do país, se recusavam a aceitar qualquer vínculo enquanto tal com seus/as trabalhadores/as. Se escondiam atrás do argumento, insustentável, de que,

nesse caso, são meras ferramentas de intermediação entre restaurantes, entregadores/as, consumidores. Entregadores e entregadoras, nessa visão maquiada da realidade, não são seus/as trabalhadores/as, são “prestadores de serviço”... “parceiros”.

A realidade, para além da “nuvem”, não deixa dúvida sobre o que se passava. A sofisticação *hype* digital produzindo formas intensas, e nada *hypes*, de precarização do trabalho e da vida. É uma economia do compartilhamento em que as empresas pouco compartilham de seus enormes ganhos com trabalhadores e trabalhadoras. Nessa *gig economy* a classe trabalhadora “faz bicos” de 8, 10, 12 ou mais horas por dia em troca de baixa remuneração e condições de trabalho precárias. As empresas têm se preocupado mais com publicidade, imagem, acionistas e investidores do que com trabalhadores/as dos/as quais retiram sua riqueza.

Nem todo mundo acreditava que, submetida a tal grau de informalidade e precarização, sob o controle e pressão de sofisticados mecanismos tecnológicos, mas também de relações de trabalho autoritárias já nossas conhecidas, agora pela via do despotismo do algoritmo, obrigada a intensos e extensos ritmos e jornadas de trabalho, no “corre” sem poder parar, pudesse conseguir efetivar um movimento nacional de monta. E conseguiu, independentemente das possíveis comparações entre os impactos dos dois momentos de mobilização, que precisa levar em conta todas as dinâmicas que ocorreram, não apenas no interior da categoria, mas, sobretudo, pela ação das empresas reagindo ao movimento que vinculava suas marcas à degradação do trabalho.

Os ganhos políticos e organizativos e as repercussões dos *#brequedosapps* são bastante sensíveis. Ao colocar a céu aberto a questão da exploração, controle, precarização e desproteção, o *#brequedosapps* colocou a centralidade do trabalho e de sua precarização na pauta das lutas em nível nacional. O breque lançou mão do uso das redes sociais não apenas para fazer circular informações, mas também como elemento de organização, com grande inovação e complementaridade de ação concreta e virtual (Santana, 2023). Ele produziu um conjunto de debates nos meios sociais e políticos. Apesar dos parcos avanços em termos laborais obtidos, o “breque” deixou seus frutos, inclusive, nos processos organizativos da categoria, culminado pela constituição, em 2022, da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA), que hoje vem capitaneando, ao nível nacional, a organização e mobilização desses/as trabalhadores/as por suas reivindicações contra a precariedade laboral.

## Considerações finais

Todo esse quadro da precariedade laboral – e seu peso sem leveza – e as formas de resistir a ele, que intentamos traçar neste artigo, colocaram-nos diante de processos de desestabilização que seria oportuno mencionar aqui, como forma de conclusão: a desestabilização de dinâmicas concretas e das formulações explicativas construídas sobre elas até então, como se os processos olhassem seus analistas e dissessem “decifra-me ou te devoro”. Seriam nossas ferramentas conceituais (e políticas) precárias para dar conta dos processos de precarização em curso?

Nesse sentido, há que se perceber que os estudos do trabalho acabaram marcados por debates e desenvolvimentos construídos nos marcos de visões eurocêtricas ou de países do capitalismo central, fornecendo-nos modelos que, em muitos casos, apesar de úteis e importantes, serviam de forma mais restrita ao entendimento de sociedades ditas periféricas, deixando de fora muito de suas especificidades. Modelos que, até mesmo lá, hoje, parecem ser inadequados para a experiência atual.

O mesmo se aplica ao que tange à questão dos ativismos e da mobilização de trabalhadores/as produtoras de alternativas. Como nos lembram setores da literatura, não se pode esquecer que o chamado padrão fordista de ação coletiva e sindical – experiência particular, histórica e geograficamente situada –, tornado modelo universal, dificultou a identificação de outras possibilidades de organização e mobilização de trabalhadores/as.

Fixou-se em um determinado perfil de classe e em uma definição de trabalho, gerando o típico e o atípico, formada por homens, adultos, brancos, operários, heteros, fabris e formais, dando atenção central às suas movimentações. Contudo, diante de tanta desterritorialização, já se tem buscado superar esse viés. A questão seria pensar nos limites e possibilidades desses modelos e articulá-los com outras dimensões que podem lhes faltar, inserindo aí perspectivas periféricas, buscando novas possibilidades analíticas.

Assim, faz-se necessário repensar os modelos vigentes de organização e ação que emergem do mundo do trabalho, mirando-os também sob novas lentes (Nowak, 2019; Braga, 2020). É necessário destacar a resistência contemporânea à mercantilização, em especial por parte de setores mais precários da classe trabalhadora, esses mesmos sob os quais, de início, pairavam sérias dúvidas e suspeitas do que seriam capazes, encontrando a



conflitividade social e arranjos mobilizatórios em suas diferentes modalidades e atores, e não necessariamente apenas em suas roupagens tradicionais. Se intentamos lidar com a precariedade laboral, sua desproteção, incerteza e insegurança, que nutrem, em muito, a precariedade social, esse pode ser um bom passo.

## Referências

- Alves, Giovanni. (2013, 22 jul.). O que é o precariado? *Blog da Boitempo*. <http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>
- Alves, Giovanni. (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. Boitempo.
- Antunes, Ricardo (1999). O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 55-59. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v2i0p55-59>
- Betti, Eloísa (2018). Historicizing precarious work: forty years of research in the social sciences and humanities. *International Review of Social History*, 63(2), 273-319. <https://doi.org/10.1017/S0020859018000329>
- Bourdieu, Pierre. (2008). *A miséria do mundo* (7. ed.). Vozes.
- Bourdieu, Pierre. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Boitempo.
- Braga, Ruy. (2020). Um padrão “thompsoniano” de agitações trabalhistas? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. *Mundos do Trabalho*, 12, 1-18. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e71404>
- Braga, Ruy. (2015). *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. Alameda.
- Braga, Ruy. (2012). *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. Boitempo; EDUSP.
- Braverman, Harry. (1981). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Zahar.
- Bresson, Maryse. (2020). *Sociologie de la precarité*. Armand Colin.
- Butler, Judith. (2024). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, Judith. (2019). *Vida Precária*. Editora Autêntica.
- Castel, Robert. (2014). La nouvelle question sociale. *Spécificités*, 6(1), 19-29. <https://doi.org/10.3917/spec.006.0019>
- Castel, Robert. (1995). *Les métamorphoses de la questão sociale : une chronique du salariat*. Fayard.
- Druck, Maria da Graça. (2016). A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: M. O. Teixeira, H.R. de Andrade, E. D'Á.Coelho. (org.). *Precarização e Terceirização - faces da mesma realidade*. (Vol. 1, pp. 35-56). Sindicato dos Químicos-SP.

- Dutra, Renata, & Festi, Ricardo. (2020, 11 jul.). A greve dos entregadores. GGN. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/a-greve-dos-entregadores-por-renata-dutra-e-ricardo-festi/>
- Estanque, Elísio. (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (20112013), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (103), 53-80. <https://doi.org/10.4000/rccs.5540>
- Estanque, Elísio, Costa, Hermes Augusto, Fonseca, Dora, & Santos, Andreia. (2018). Digitalização e precariedade laboral: novos desafios para o sindicalismo e os movimentos sociais no contexto português. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, 8(2), 589-621. <https://doi.org/10.5902/2236672536155>
- Fitoussi, Jean-Paul, & Rosanvalon, Pierre. (1997). *A nova era das desigualdades*. Celta Editora.
- Franco, Tânia, Druck, Maria da Graça, Borges, Angela M., & Franco, Ângela M. A. (1994). Mudanças de gestão, precarização do trabalho e riscos industriais. *Caderno do CRH*, 7(21), 68-89. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v7i21.18775>
- Galvão, Andréia. (2020, 3 jul.). A greve, o breque, o trampo: a luta dos entregadores é a luta dos trabalhadores. *Esquerda Diário*. <http://www.esquerdadiario.com.br/A-greve-o-breque-o-trampo-a-luta-do-entregadores-e-a-luta-dos-trabalhadores>
- Harvey, David. (1996). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Lima, Jacob, & Araújo, Angela. (2016). La sociología de trabajo en un contexto de transformaciones: una revisión de la producción brasileña de las últimas décadas. In E. de La Garza (org.), *Los estudios laborales en América Latina: orígenes, desarrollo y perspectivas* (pp. 76-103). Anthropos Editorial.
- Nowak, Jorg. (2019). *Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India*. Palgrave Macmillan.
- Pierret, Régis. (2013). Qu'est-ce que la précarité? *Socio*, (2), 307-330. <https://doi.org/10.4000/socio.511>
- Polanyi, Karl. (2012). *A Grande Transformação*. Edições 70.
- Praun, Luci. (2020, 4 jul.). Breque dos Apps: a ocupação das ruas reinventa o sentido de coletividade. *Esquerda Diário*. <https://www.esquerdadiario.com.br/Breque-dos-Apps-a-ocupacao-das-ruas-reinventa-o-sentido-de-coletividade>

- Santana, Marco A. (2023). Platforms and the challenges for workers' digital action: The Brazilian experience during the COVID-19 Pandemic. *Relations Industrielles / Industrial Relations*, 78(3), 1-16. <https://doi.org/10.7202/1110482ar>
- Santana, Marco A. (2021). Classe trabalhadora, precarização e resistência no Brasil da pandemia. *Em Pauta*, 19(48), 70-91. <https://doi.org/10.12957/rep.2021.60293>
- Santana, Marco A., & Braga, Ruy. (2020, 25 jul.) #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo/>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- Soeiro, José. (2015). *A formação do precariado: Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal* [Tese de Doutorado em Sociologia]. Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/28406>
- Soeiro, José. (2012). Estou aqui por rezear o meu futuro. Juventude, precariedade e protesto. *Configurações*, (9), 103-119. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1140>
- Standing, Guy. (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (103), 9-24. <https://doi.org/10.4000/+rccs.5521>
- Standing, Guy (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. Autêntica.
- Véras de Oliveira, Roberto, Galvão, Andreia, & Campos, Anderson. (2019). Reforma trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. *Cadernos do CEAS*, (248), 668-689. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n248.p668-689>
- Zaouche-Gaudron, Chantal, & Sanchou, Paule. (2005). Dossier Precarités – Introduction. *Empa*, 60(4), 10-13. <https://doi.org/10.3917/empa.060.0010>.

Recebido: 31 jul. 2025.

Aceito: 3 dez. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)